

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaías Maia (PRB) - Membro

Suplentes:

1º – Chico Guerra (PROS)
2º – Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaías Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaías Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaías Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

Atos Administrativos

- Concorrência SRP nº 009/2015 - Processo nº 042/ALE/2015 - Comunicado 02
- Resoluções nº 290 e 291/2015 - DGP 02
- Resolução de Afastamento nº 428/2015 02

Atos Legislativos

- Projeto de Lei Complementar nº 008/2015 02
- Projeto de Lei nº 069/2015 03
- Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2015 04
- Moções 021 a 023/2015 04
- Requerimento nº 001/2015 04
- Indicação nº 191/2015 04

Atas Plenárias

- Ata da 2445ª Sessão Ordinária - Sucinta 04
- Ata da 2439ª Sessão Ordinária - Íntegra 05

Das Comissões

- Comissão de Viação, Transportes e Obras - Edital de Convocação nº 004/2015 08
- Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final 08
- Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social - Edital de Convocação nº 005/2015 e Ata de Reunião 09

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA - ATOS DA CPL
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL
 CONCORRÊNCIA SRP Nº 009/2015
 COMUNICADO**

PROCESSO: 0042/ALE/2015

NATUREZA: CONCORRÊNCIA SRP nº 009/2015

OBJETO: A presente concorrência tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, visando contratação de empresa para prestação de serviço de organização de evento, sob demanda, em âmbito nacional.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA através da Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados o resultado do certame licitatório do objeto em epígrafe em que sagrou-se vencedora a empresa, **O. LIMA DE NAZARÉ EPP, CNPJ: 10.566.782/0001-84.**

Boa Vista-RR, 22 de outubro de 2015

Verona Sampaio Rocha Lima

Presidente / CPL

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 0290/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR as pessoas listadas no anexo desta Resolução, a partir de 01 de setembro de 2015, para exercerem Cargos Comissionados, integrantes do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Palácio Antônio Martins, 20 de outubro de 2015.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

Anexo da Resolução de Nomeação nº 0290/2015/DGP de 01.09.2015.

NOME	CARGO
JOSE CHANDLE DE MESQUITA PEREIRA	Auxiliar Parlamentar V
JOSE EDUARDO VAZ DE SA RORIZ	Assistente Parlamentar III
KEVIN BARBOSA LIMA	Auxiliar Parlamentar III
LAURO SELSON FIGUEIRAS MARQUES	Assistente Especial III MD
LEUDINILIA NASCIMENTO OLIVEIRA	Assessor Especial III MD
LIGIANE AMORIM TORRES	Assistente Parlamentar IV
MARCIA CABRAL MOREIRA SENA	Assessor Especial III MD
MONICA DE OLIVEIRA MELO	Assistente Parlamentar IV
NADIA SOARES BEZERRA	Assistente Parlamentar III
ODELY SAMPAIO DE SOUZA	Auxiliar Parlamentar IV
OHANA KAROLINE ARAUJO BLANCO	Assessor Especial II MD
PEDRO EDUARDO DE HOLANDA ALVES	Auxiliar Especial III MD
RENALE SHAIENE ALMEIDA ARAUJO	Auxiliar Especial III MD
RENATO CARDOSO BARAUNA	Assistente Parlamentar II
RICHARD RODRIGUES RIBEIRO PAZ	Auxiliar Parlamentar V
SILVANA BARROSO BRAGA	Assistente Parlamentar IV
SIMONE SILVA LIMA	Auxiliar Parlamentar IV

TARCISIO BRAZ LIMA	Auxiliar Parlamentar IV
TAYWANA DE PAULA PANTA DA SILVA	Auxiliar Parlamentar IV
THAYANE DE JESUS SILVA	Auxiliar Parlamentar V
ZILEIA CONCEIÇÃO DA SILVA	Assistente Parlamentar IV

Palácio Antônio Martins, 20 de outubro de 2015.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0291/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor **Ednaldo Gomes Vidal**, a partir de 20 de outubro do cargo comissionado de Assessor Especial II MD, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 20 de outubro de 2015.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 428/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento das servidoras **MARIA DO PERPETUO SOCORRO BARBOSA MARQUES Matrícula 16797**, e **SÍLVIA MARIA MACEDO COELHO Matrícula 16804**, para viajarem com destino a cidade de Brasília - DF, no período de 27.10 saindo as 13h30min a 30.10.2015, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 21 de Outubro de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº008/2015

Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar n. 198 de 03 de agosto de 2012 que dispõe sobre a reestruturação do Programa Bolsa de Estudo Universitária, de que trata o art. 151, Parágrafo único, da Constituição de Roraima, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que Assembleia legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os dispositivos, a seguir elencados, da Lei Complementar Estadual 11. 198 de 03 de agosto de 2012, que dispõe sobre a Reestruturação do Programa Bolsa de Estudo Universitária, de que trata o art. 151, parágrafo único, da Constituição do Estado de Roraima, passarão

a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. A Bolsa de Estudo Universitária será destinada aos alunos de baixa renda, priorizando aqueles oriundos da rede pública de ensino, regularmente matriculados em curso de graduação nas instituições de ensino superior privadas, no âmbito do Estado de Roraima, com renda familiar que não exceda a um salário mínimo, per capita, especialmente para os maiores de 60 (sessenta) anos, sendo o pagamento de mensalidades feito diretamente às instituições de ensino credenciadas (NR).

Art. 3º {...}

I — {...}

II — Novas inscrições ocorrerão anualmente, após a contemplação de todos os acadêmicos inscritos no último processo seletivo, avaliado pela Comissão dentro do perfil socioeconômico ou idade estabelecida no Caput do art. 3º (NR).

Art. 23. O número de bolsas de estudo a serem disponibilizadas a cada semestre do ano letivo, inclusive, para os alunos da terceira idade, será fixado através de portaria do órgão Estadual Competente em face das disponibilidades orçamentárias e financeira (NR).

Art. 2º. Adite-se Parágrafo único ao art. 3º com a seguinte redação:

Parágrafo único: 5% (cinco) por cento das vagas criadas no processo seletivo para bolsa de estudo universitária destinam-se a alunos da 3º (terceira) idade, esta a partir dos 60 (sessenta) anos (AC).

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria do Estado da Educação e Desporto, e parcerias técnicas e avaliações dos cadastros e logística da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de outubro de 2015.

FRANCISCO MOZART
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Nunca é tarde para aprender, partindo desse pressuposto é que apresento este projeto de Lei Complementar, cujo objetivo é fazer com que as pessoas chamadas 'Melhor Idade' sejam incluídas no Programa Estadual de Bolsa Universitária.

No ano de 2014, mais de 15.500 (quinze mil e quinhentas) pessoas com mais de 60 (sessenta) anos fizeram a prova do Enem com o objetivo de ingressar na Faculdade, em 2013, o número de inscritos foi de 10.900 (dez mil e novecentos).

Sendo assim, reservar um percentual de 5% (cinco) por cento das bolsas de estudo universitária para os idosos acima de 60 (sessenta) anos, nada mais é do que um direito, mais uma grande conquista para essa classe que, muitas vezes, não teve oportunidade

no passado e agora poderão, concretizar o sonho de realizar um curso superior.

Face ao exposto, apresentamos este Projeto de Lei Complementar, na convicção de que ele será aprovado para maior grandeza desta Casa de Leis e para maior benefício dos cidadãos deste Estado, razão de ser desta instituição.

Sala das Sessões, 01 de outubro de 2015.

Francisco Mozart
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 069/2015

INSTITUI O PROGRAMA CASAS DA SOLIDARIEDADE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que Assembleia legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Casas da Solidariedade, com a finalidade de fornecer os meios de acolhimento e abrigagem aos usuários do Sistema único de Saúde — SUS —, preferencialmente aos integrantes do Cadastro Único de Roraima, que, por insuficiência de condições de serviços de saúde em seu domicílio ou em decorrência da complexidade do tratamento ou procedimento indicado, necessitem de atendimento específico em local diverso de seu domicílio.

§ 1º. O programa buscará atender, de forma universal e pública, aos princípios constantes no art. 3º e nos incisos I e II do art. 7º da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 — Lei Orgânica de Saúde —, preferencialmente aos integrantes do Cadastro Único do Estado de

Roraima.

§ 2º. Os meios de acolhimento e abrigagem estarão localizados no município de Boa Vista, com serviços de referência em saúde, devendo atender à demanda de cada região e obedecer aos padrões estabelecidos pelos órgãos de vigilância em saúde, sem prejuízo das demais normas aplicáveis

§ 3º. O Conselho Gestor definirá os prazos de implantação das Casas de que trata esta Lei.

Art. 2º. Para Efeito deste Programa:

I — os serviços de saúde serão considerados como insuficientes quando esgotados todos os meios de tratamento clínico, médico ou ambulatorial no domicílio do usuário;

II — é considerado como atendimento específico em local diverso o serviço de saúde necessário ao diagnóstico e/ou tratamento não disponibilizado na sede do domicílio do usuário, nos termos de Decreto Regulamentar;

III — o Programa atenderá aos usuários da rede pública conveniada ou contratada do SUS.

Art. 3º. O Programa de que trata esta Lei abrange, em todos os seus efeitos, a garantia de acompanhamento adequado ao usuário.

§ 1º. Os executivos municipais e os consórcios municipais de saúde construirão, com os Conselhos Gestores das Casas da Solidariedade, a viabilidade do deslocamento dos pacientes e seus acompanhantes até as Casas, as consultas e o retorno aos municípios de origem.

§ 2º. Nos casos de necessidade de atendimento de urgência, as Casas acionarão o Serviços de Atendimento Móvel de Urgência — SAMU.

§ 3º. As Casas da Solidariedade disponibilizarão cozinha e refeitório, a fim de que pacientes e/ou acompanhantes possam preparar suas refeições.

§ 4º. O disposto no § 3º deste artigo não exclui a possibilidade das Casas da Solidariedade oferecerem refeições aos pacientes e/ou acompanhantes.

§ 5º. O paciente que necessitar de internação hospitalar deverá ser direcionado diretamente ao hospital, podendo o seu acompanhante ter acesso às Casas da Solidariedade.

Art. 4º. Fica criado um Grupo Gestor, coordenado pela Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social - SETRABES, composto pela Secretaria da Saúde, Secretaria da Justiça e Cidadania, com atribuição de desenvolver, regulamentar, executar e acompanhar as ações e estipular critérios de aferição de resultados e de metas.

Art. 5º. O usuário do SUS, bem como o seu acompanhante, terão acesso ao Programa, após agendamento, o qual deve ser promovido pelo poder executivo municipal de seu domicílio.

Parágrafo único. A Secretaria da Saúde do Estado garantirá o atendimento previamente agendado pelos municípios.

Art. 6º. O poder Executivo Estadual regulamentará o Programa por Decreto, estabelecendo o meio de execução, observando esta Lei e o regulamento interno desenvolvido pelo Conselho Gestor, consolidando o disposto no "caput" e nos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Art. 7º. A implantação, a estruturação, o funcionamento e a fiscalização dos meios de acolhimento e abrigagem serão acompanhados, pelos Conselhos Municipais, Regionais e Estaduais de Saúde; Conselhos Municipais e Estadual de Assistência Social.

Parágrafo Único. A fiscalização social e a participação da comunidade dar-se-ão por meio dos Conselhos de Saúde e Assistência Social estaduais e municipais.

Art. 8º. O Programa terá sua implementação descentralizada e sua execução poderá ser feita por meio de convênios, acordos ou contratos, preferencialmente com o órgão público estadual, consórcios municipais, órgãos públicos municipais, entidades filantrópicas sociais e/ou de saúde e entidades privadas filiadas à rede oficial de hotéis do Estado de Roraima.

Parágrafo Único. Fica vedado o estabelecimento de convênios, acordos ou contratos com entidades mantidas ou vinculadas direta ou indiretamente a agentes políticos.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento do Estado com vista à alocação de recursos para a execução da presente Lei.

Art. 10º. Em caso de decretação pública de situação de emergência ou estado de calamidade pública, poderão ter preferência na abrigagem e acolhimento a que se refere o "caput" do art. 1º, sobre qualquer outra condição, aquelas oriundas dos municípios abrangidos pela decretação, enquanto perdurar a emergência respectiva.

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 01 de outubro de 2015.

Francisco Mozart
Deputado Estadual

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 033/15

Concede a Comenda Ordem do Mérito Legislativo na categoria Grande Mérito ao Excelentíssimo Senhor José Maria Eymael, Presidente Nacional do PSDC e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido ao Excelentíssimo Senhor José Maria Eymael, Presidente Nacional do PSDC, a Comenda Ordem do Mérito Legislativo na categoria Grande Mérito, instituído nos termos do art. 2º e inciso I do art. 3º do Decreto Legislativo nº 005/06, de 14 de junho de 2006.

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega da Comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Augusto Martins, 15 de Outubro de 2015.

GEORGE MELO
 Deputado Estadual

AUTÓGRAFOS - MOÇÕES

MOÇÃO DE PESAR Nº 021/2015

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Pesar** pelo falecimento do senhor **Gilberto de Araújo Sobrinho**, ocorrido dia 10/10/15 no hospital Geral desta Capital.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, em nome de seus membros, vem, de público, apresentar sentimentos de pesar aos familiares e amigos de **Gilberto de Araújo Sobrinho**, ligado à classe empresarial Roraimense como sócio-proprietário de concessionárias de carros.

Desejamos que seja acolhido pela Providência Divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 19 de outubro de 2015.

Dep. JALSER RENIER

Presidente

Dep. NALDO DA LOTERIA

1º Secretário

Dep. MARCELO CABRAL

2º Secretário

MOÇÃO DE APLAUSOS Nº 022/15

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Aplauso** pelo transcurso do **Dia do Médico**, a ser comemorado dia 18 de outubro.

A Assembleia Legislativa do Estado, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público, apresentar manifestação de aplauso e reconhecimento aos médicos de Roraima pela comemoração ao **Dia do Médico** — 18 de outubro.

Desejamos que a data seja comemorada com saúde, paz e harmonia.

Palácio Antônio Augusto Martins, 19 de outubro de 2015.

Dep. JALSER RENIER

Presidente

Dep. NALDO DA LOTERIA

1º Secretário

Dep. MARCELO CABRAL

2º Secretário

MOÇÃO DE APLAUSOS Nº 023/15

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Aplauso** pelo transcurso do dia 15 de outubro —

Dia do Professor.

A Assembleia Legislativa do Estado, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público, apresentar manifestação de aplauso e reconhecimento aos professores de Roraima pelo transcurso do Dia do Professor — 15 de outubro.

Desejamos que a data seja comemorada com saúde, paz e harmonia.

Palácio Antônio Augusto Martins, 19 de outubro de 2015.

Dep. JALSER RENIER

Presidente

Dep. NALDO DA LOTERIA

1º Secretário

Dep. MARCELO CABRAL

2º Secretário

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 001/2015

Ao Excelentíssimo Senhor

JALSER RENIER

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Assunto: Projeto de Lei nº 035/2015

Senhor Presidente,

A Deputada que a este subscrive, amparada no que determina o art. 194, inciso V, do Regimento Interno deste Poder, e requer de Vossa Excelência a retirada de tramitação do **Projeto de Lei n.º 035/2015**, de minha autoria, que “Dispõe sobre a política de tratamento de doenças raras no Estado de Roraima e dá outras providências” tendo em vista que o objeto da proposição restou prejudicado diante da confirmação de que inexistem Centros de Referências em Doenças Raras, ou Instituição Hospitalar semelhante, no Estado de Roraima.

Respeitosamente,

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de outubro de 2015.

Deputada Lenir Rodrigues

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 191/2015.

Parlamentar que a este subscrive, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado da seguinte Indicação:

A REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESTÁGIO REMUNERADO PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

O Programa Estágio Remunerado criado pela Lei n. 506 de 28 de outubro de 2005, é de suma importância para o Estado de Roraima, uma vez que prepara os jovens alunos que cursam o Ensino Médio nas Escolas Públicas para o mercado de trabalho. Os alunos realizam estágio nos órgãos públicos do Estado de Roraima e receberam uma bolsa remunerada pelo serviço prestado que pode chegar até o valor de 01 (um) salário mínimo.

Esse o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões 01 de outubro de 2015.

FRANCISCO MOZART

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUADRINGENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e um de outubro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima quadragésima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Não havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Naldo da Loteria**, suspendeu a abertura dos trabalhos pelo prazo regimental de dez minutos. Após o tempo estipulado, havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão solicitando ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Izaías Maia**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Marcelo Cabral**,

proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei s/nº, de 19/10/15, de autoria do Deputado Jânio Xingú, que “Acrescenta parágrafo único ao Artigo 109, da Lei nº 059, de 28 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Sistema Tributário e dá outras providências”. Indicação s/nº, de 20/10/15, de autoria do Deputado Brito Bezerra, solicitando a criação da Agência de Turismo do Estado de Roraima, denominada Roraima Turismo, conforme justificativa e Projeto de Lei anexo. Requerimento nº 01, de 15/10/15, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 035/15. **DIVERSOS:** Ofício nº 10, de 15/10/15, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, solicitando informações sobre a atual vigência e eventuais alterações da Lei Complementar nº 229, de 09/12/14. Ofício Circular nº 07, de 30/09/15, da Procuradoria Especial da Mulher – PROMUL, comunicando e convidando para o encontro dos “Entes Federados: Pacto pelos Direitos das Mulheres”, a ser realizado no dia 14 de outubro, às 14 horas, no Salão Negro do Congresso Nacional. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve Orador. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou, para a pauta da Ordem do Dia, discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 019/15, que “Considera o Conjunto Arquitetônico e a encenação da Paixão de Cristo patrimônio cultural e material do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Jânio Xingú; do Projeto de Lei nº 021/15, que “Autoriza à Secretaria Estadual de Saúde, junto com a Secretaria Estadual de Educação, a implantação do Programa de Prevenção às Verminoses nas escolas da Rede Pública Estadual”, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 022/15, que “Cria o Programa de Conscientização e obriga a inclusão e reserva de vagas, na rede pública e privada de educação do Estado de Roraima, para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista e dá outras providências”, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; e do Projeto de Lei nº 037/15, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames com atividade visual e auditiva nas escolas públicas e dá outras providências”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues. Em seguida, informou que por falta de quórum a pauta foi transferida para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão e convocou outra para o dia 22 de outubro, à hora regimental. Registraram presença no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, George Melo, Izaias Maia, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio e Zé Galetto.**
Aprovado em: 22/10/2015

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2439ª SESSÃO, EM 07 DE OUTUBRO DE 2015.
50º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
 (Em exercício)

Às nove horas do dia sete de outubro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima trigésima nona Sessão Ordinária do quinquagésimo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Masamy Eda** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 046 de 06/10/15, comunicando veto total ao Projeto de Lei nº 034/15, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues.

Ofício nº 1281, de 01/10/15, da Secretária Chefe da Casa Civil, solicitando a restituição, para reanálise, do Projeto de Lei nº 057/15, que

se encontra em tramitação nesta Casa Legislativa.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Memorando nº 049, de 05/10/15, do Deputado Masamy Eda, comunicando a sua ausência na sessão plenária do dia 06/10/15.

Memorando nº 087, de 06/10/15, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando a sua ausência nas sessões plenárias dos dias 13 a 15 de outubro de 2015.

Memorando nº 075, de 06/10/15, do Deputado Oleno Matos, comunicando a sua ausência na sessão plenária do dia 06/10/2015.

Memorando nº 077, de 06/10/15, do Deputado Gabriel Picanço, justificando a ausência dia 01/10/15 e dia 06/10/15, às Sessões Plenárias.

Memorando nº 0118, de 06/10/15, do Deputado Jorge Everton, comunicando a sua ausência na sessão ordinária do dia 06/10/15.

Indicação s/nº, de 28/09/15, da Deputada Lenir Rodrigues, solicitando ao Governo do Estado, a recuperação da ponte e da estrada que dá acesso à Vila Vilela, no município de Bonfim/RR, que atualmente se encontra em estado crítico.

Indicação s/nº, de 28/09/15, da Deputada Lenir Rodrigues, solicitando ao Governo do Estado, a ampliação e reforma da Escola Estadual Indígena Monte Moriá II, localizada na Comunidade Indígena Monte Moriá II – Município de Uiramutã/RR.

Indicação s/nº, de 06/10/15, da Deputada Aurelina Medeiros, solicitando ao Governo do Estado, a recuperação da Vicinal 8 na Colônia do Apiaú – Município de Mucajaí.

Indicação s/nº, de 06/10/15, da Deputada Aurelina Medeiros, solicitando ao Governo do Estado, a recuperação da Vicinal C8 (Terceiro Travessão) na Colônia do Apiaú – Município de Mucajaí.

Requerimento s/nº, de 06/10/15, da Deputada Lenir Rodrigues, requerendo a prorrogação de prazo por igual período da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 032/15.

DIVERSOS:

Ofício nº 120, de 14/09/15, da Confederação Nacional de Municípios – CNM. Convidando para o Encontro Regional de Municípios da Região Norte e II Seminário de Modernização de Gestão.

Ofício nº 268, de 29/09/15, da Superintendência Regional de Roraima - Caixa Econômica, comunicando crédito de recursos financeiros.

Carta AL-P-477, de 22/09/15, da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí - Deputado Themistocles de Sampaio, agradecendo a indicação para o cargo de 2º Vice-Presidente do Colegiado de Presidentes de Assembleias Legislativas.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício nº 254, de 30/09/15, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, encaminhando Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2015.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à Chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, há um orador inscrito para o Grande Expediente, o Senhor Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados meu cordial bom-dia. Às pessoas que se encontram nas galerias desta Casa, cidadãos que nos acompanham através da TV Assembleia, servidores desta Casa meu cordial bom-dia.

Senhor Presidente, uso esta Tribuna para trazer uma pauta de grande relevância para o Estado que é a segurança pública como um todo. Antes disso, ainda que de maneira tardia, quero aproveitar e dizer que publiquei nas redes sociais as nossas felicitações ao Estado de Roraima pelos seus 27 anos de criação. Parabéns Roraima, Estado lindo que escolhi para morar, criar meus filhos, onde fui recebido de braços abertos, assim como todos aqueles que vieram de outros Estados. Com certeza só tenho orgulho deste Estado. Sabemos que Roraima, com apenas 27 anos, já passou por momentos difíceis na sua história, assim como por momentos felizes, momentos de alegria. Sabemos que é um Estado novo que está em plena construção. Nós passamos por momentos de dificuldades, enfrentamos uma crise econômica não só em Roraima, mas uma crise internacional, onde o Brasil está sendo afetado e Roraima também pela sua grande dependência de transferências de verbas federais, está sendo afetado de maneira direta. Isso é preocupante e está acendendo a luz amarela para a classe política, para a sociedade e para a classe empresarial. Precisamos, o quanto antes, buscar uma nova fonte de receita, de desenvolvimento do Estado de Roraima. A situação atual está demonstrando que essas dependências das receitas federais não são mais

suficientes para manter Roraima no trilho do desenvolvimento. Espero que possamos encontrar uma saída a curto prazo para o desenvolvimento de Roraima, em especial fortalecendo o setor primário, a agricultura e o agronegócio, como fator gerador de emprego e renda para nosso Estado.

Senhores Deputados, não foi muito diferente a criação das polícias militares de todo Brasil, incluindo Roraima que veio se amparar na Constituição de 88, onde muitos direitos foram reconhecidos e dados às categorias de trabalhadores de todo Brasil, mas à segurança pública, em especial aos policiais, bombeiros e militares foram negados vários direitos que hoje são estendidos a outras categorias, que é o direito da sindicalização, é o direito de fazer greve, de ir a praça pública se manifestar. Mas, tais direitos foram negados claramente aos policiais, bombeiros e militares de todo Brasil. O policial e o bombeiro, hoje são tratados como sub-cidadãos, não pode se sindicalizar, não pode se filiar a partido, não pode se manifestar publicamente, expor seu pensamento ideológico, por que foi retirada sua liberdade de ir e vir, sua privacidade, com um simples ato administrativo. E quando o policial de alguma forma faz um movimento grevista, as sanções são severas. Isso temos vivenciado em todo Brasil, tem sido notícia na mídia nacional, incluindo Roraima, de policiais e bombeiros que tiveram que ultrapassar o limite das normas brasileiras para reivindicar seus direitos, e muitos deles pagaram com seu emprego, com sua liberdade por esse ato de reivindicarem seus direitos. Precisamos, nesses 27 anos de Constituição Federal, rever esta situação e garantir, através de normas estabelecidas pelos Congressos e Assembleias Legislativas os direitos de fato aos policiais e bombeiros. Temos algumas demandas tramitando no Congresso Nacional, entre elas, a desmilitarização das polícias. Infelizmente, o Brasil ainda é um dos poucos países que têm a polícia militar no seu arcabouço de normas. Nós defendemos também a desvinculação imediata das Polícias Militares dos Bombeiros do Exército, pois a finalidade do Exército é outra completamente diferente. A Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e Polícia Civil são órgãos de segurança, trabalham pela segurança pública, trabalham a serviço da sociedade e não a serviço de governos. É assim nos países desenvolvidos. Podemos até manter a estética militar, mas não podemos permitir que normas rígidas sejam aplicadas a um policial militar que de fato tem contato diariamente com o cidadão nas ruas e precisa tratar esse cidadão de bem com todo respeito e dignidade, mas, às vezes, o policial não tem o mesmo respeito dentro dos muros dos Quartéis. Precisamos rever isso o quanto antes e o caminho é a desmilitarização das polícias, o fim desta prisão administrativa para os policiais e bombeiros. Temos avançado, a categoria tem compreendido a necessidade de se organizar, tem procurado eleger seus representantes nas Assembleias Legislativas. Até mesmo no Congresso Nacional temos um representante legítimo da categoria que tem feito proposições interessantes que tramitam no lá. E já foi votado na Câmara e está indo para o Senado um pedido que extingue a prisão administrativa para o policial e bombeiro militar. Recentemente, participei de um encontro, em Manaus, com as associações de Praças de todo o Brasil, entre os palestrantes e outras pessoas que se manifestaram um policial do Amazonas declarou que ficou preso administrativamente por 30 dias, porque seu Comandante percebeu que ele não estava usando o cinto de guarnição, aquele cinto usado para portar arma ou cassetete. Em todo o Brasil isso não é muito diferente. Não queremos uma polícia assim, queremos uma polícia cidadã, mas para ser cidadão precisamos tratar o policial como um pai de família, um trabalhador, um servidor público de fato. É isso que almejamos. E, nesse sentido, trazendo a nossa realidade é que peço, de antemão, o apoio de todos os Deputados, em especial do Coronel Chagas e do Deputado Jorge Everton que também são oriundos da segurança pública, para que possamos fazer algo para melhorar as condições de trabalho dos policiais e bombeiros do nosso Estado. Por conta disso estamos fazendo algumas indicações ao governo do Estado, já tive algumas conversas com a governadora e já senti a sua boa vontade em relação às nossas demandas e indicações feitas nesta Casa, como a criação de uma Lei Previdenciária para os policiais e bombeiros militares. Hoje, os policiais e bombeiros militares têm carreiras diferenciadas dos demais servidores, em especial quando se trata da aposentadoria. Hoje, um servidor comum, se tiver algum problema de saúde, pode ser alocado em outra função, o policial militar, se tiver um problema de saúde, dificilmente irá volta para atividade afim, ele vai ter que se aposentar. Muitos policiais que perderam suas vidas em decorrência da sua atividade policial, outra fatalidade, deixa seus familiares com dificuldades de se aposentar ou receber pensão porque não existe uma lei clara que estabeleça isso. E nesse viés, a Senhora Governadora, de imediato, criou uma comissão incluindo os trabalhos, com a participação efetiva de policiais indicados pela associação dos policiais e bombeiros militares. Até então, as comissões que eram montadas dentro da corporação simplesmente criadas a critério do Comando da corporação e não envolvia o praça.

Temos uma comissão previdenciária hoje, trabalhando com a participação efetiva de oficiais, praças, inclusive com indicações da Associação dos policiais que está, de maneira democrática, contando com a participação do IPER e da PROGE, construindo uma norma de fato que venha atender a necessidade dos policiais e bombeiros e também da sociedade. E também, estamos protocolando hoje, Senhor Presidente, algumas indicações junto ao Governo do Estado, cobrando a reformulação do Estatuto dos Policiais e Bombeiros Militares. Nós passamos mais de 10 anos sem um Estatuto, sem uma lei básica, sem esse esqueleto das normas dos servidores militares de Roraima que é o Estatuto. A norma foi construída sem a devida discussão. E hoje, após três anos da aprovação da Lei 194, nós já constatamos várias falhas e precisamos ajustá-la, até mesmo para atender alguns direitos estabelecidos na Lei Previdenciária que complementa a outra. Então, nós queremos aqui já fazer essa indicação junto ao Governo do Estado, cobrando que encaminhe, o quanto antes, ainda este ano, Deputado Jorge Everton, uma indicação ajustando o Estatuto dos Servidores Militares do Estado de Roraima. Também fizemos uma indicação cobrando a modernização do Código de Ética dos Policiais e Bombeiros Militares que até então, era regido por um decreto do então Presidente João Figueiredo na época da ditadura militar. Isso perdurou até hoje, até 2014, se não me engano, sendo regido por esse decreto. E aí, depois de muita mobilização, muita pressão da categoria, o Governo anterior mandou para esta Casa uma proposta, mas sem a discussão com a categoria. Eu me lembro muito bem naquele momento que o único voto contra foi o meu. Eu discordei daquela proposta que, na verdade, era o Ctrl C e Ctrl V do decreto do então Presidente João Figueiredo. E aí precisamos de fato criar um código de ética, um regulamento disciplinar que tenha por foco manter a disciplina, a ética, mas não pode servir como instrumento de opressão por parte de um ou de outro para com o Policial Militar.

Defendemos o fim da prisão administrativa e outro mecanismo de penalizar a má conduta do policial que venha se desvirtuar em algum momento da sua atividade. Esse policial não merece de fato ficar na corporação nem ser penalizado. Mas também não podemos ter uma norma como temos hoje. Por muito tempo tivemos essa norma por um decreto do Presidente João Figueiredo que, simplesmente, era um instrumento de opressão e represália dos policiais para com os praças.

Também estamos fazendo uma indicação para criarmos uma lei de promoção para oficiais e praças. Não temos uma lei estadual própria para os policiais e bombeiros militares, não só do quadro do Estado, como também do quadro da união, que estão cedidos por força de emenda à Constituição para o Estado de Roraima. Queremos uma lei de promoção que garanta a ascensão funcional do policial. É inadmissível que hoje, um policial permaneça 10 anos na graduação de cabos, de soldados para depois de 10 anos, se houver vaga, galgar uma promoção para cabo, sendo que em termos salariais essa promoção não significa praticamente nada. A diferença salarial hoje entre um cabo e um soldado é algo em torno de 300 reais, ou seja, um policial passa dez anos ralando, trabalhando diuturnamente para depois galgar uma promoção de cabo e, quando chega no SUS depois de trinta anos, se tiver muito sucesso, muita sorte na vida, talvez chegue como primeiro tenente ou como subtenente. Precisamos melhorar essa ascensão funcional, daí a necessidade de termos uma lei de promoção de praças voltada ao quadro de combatentes e, em especial, também ao quadro de praças, que é um quadro especial. Fizemos uma indicação junto a Governadora do Estado que trata da redistribuição e aumento do efetivo. Não podemos deixar de colocar sancionar o policial militar nas suas promoções por falta de vaga ou por não ter espaço no quadro atual. Então, há uma necessidade extrema de ampliarmos o quadro da Polícia Militar, até na expectativa de abrir novos concursos e chamar novos policiais. Então, queremos aqui, desde já, pedir o apoio desta Casa, pedir o apoio do Governo, do vice Líder do Governo, de toda a bancada governista, dos deputados do G 14 para que, ao chegarem essas legislações aqui, nesta Casa, possamos votá-las o quanto antes. E, para isso, Deputado Jorge Everton, temos hoje dentro da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares, se não me engano, cinco Comissões Especiais montadas por sócios da entidade trabalhando, pelo menos se reunindo três vezes por semana, há mais de um mês, construindo essas propostas. E o que é mais interessante, com a participação de todos, através das redes sociais, para que possamos trazer sugestões, compilar essas ideias e trazer uma proposta de fato que represente os anseios da categoria. Essas reivindicações, senhores deputados, são direitos líquidos e certos. Entendo as dificuldades pelas quais o Governo passa, o Brasil passa diante dessa crise econômica, mas não estou trazendo aqui novos direitos, simplesmente estou buscando garantir aquilo que de fato já é direito do policial militar. E boa parte dessa demanda não gera sequer um centavo de ônus para o Governo. Então, isso, depende da boa vontade

política. Quero acreditar e continuo acreditando no atual governo, acredito no compromisso com a segurança pública. E sei de todo o entendimento político partindo desta Casa, Deputado Chagas, tanto do G14, como da base governista com o Executivo para que possamos avançar nessas legislações pertinentes e no direito líquido e certo que na sua grande maioria não gera ônus para o Governo do Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Agradeço o aparte e parabeno o Senhor Deputado pela sua preocupação com a segurança pública. Quero me colocar à disposição para quando esses projetos forem encaminhados cá, para que possamos tratar do assunto o quanto antes, uma vez que a segurança pública tem que ser uma prioridade, assim como a educação deva ser uma prioridade. Nós temos que ter um estado melhor. Eu peço a Vossa Excelência atenção em relação a um Requerimento que fiz e encaminhei, para que a Governadora proceda o estudo do concurso da Polícia Civil, pois o único concurso que houve no estado foi em 2003 e hoje, estamos com um baixíssimo efetivo, pois foi compromisso de campanha esse concurso, como também foi compromisso de campanha as progressões. Na época, disseram que iriam pagar tudo de uma vez, como também prometeram muita coisa e não vêm cumprindo, infelizmente. Mas com relação à segurança pública, especificamente, Vossa excelência conte com meu apoio, pois nós precisamos melhorar a Segurança Pública e o que for necessário para que a PM tenha o desenvolvimento do seu trabalho, o senhor pode contar comigo que estarei lhe apoiando. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado Deputado Jorge Everton, Presidente da Comissão de Segurança Pública, da qual faço parte. Tenho vivenciado a disposição da Comissão de Segurança Pública em avançar e me somo a vossa excelência na necessidade de aumentar os efetivos, tanto da polícia civil como da polícia militar, assim como também tenho cobrado da Governadora que seja de fato rigorosa em colocar os policiais na rua para atender ao cidadão. Peço que retire muitos policiais que estão fazendo serviços administrativos, pois podemos criar mecanismos para modernizar a administração pública no seu dia a dia, fazendo com que esse policial seja retirado da administração e seja substituído por um servidor civil para que ele volte às ruas. Isso vale para a polícia militar, para o corpo de bombeiros e para a polícia civil, para que possamos de fato ter mais policiais nas ruas, pois esse é o anseio da sociedade. A governadora está preocupada com isso e tem cobrado dos comandantes das corporações uma atenção maior no policiamento de rua, assim como também precisamos encontrar, o quanto antes, uma saída para aquela grande quantidade de policiais à disposição da Penitenciária Agrícola, fazendo a segurança externa do presídio que está vulnerável e que foi sucateado por não terem feito nada lá durante os governos anteriores, pois para manter os detentos dentro do sistema, tivemos que triplicar a quantidade de policiais militares à disposição hoje do sistema penitenciário. Isso é preocupante e, de antemão, quero agradecer o apoio dos senhores e pedir, mais uma vez, para intercedermos junto ao governo do Estado e acreditarmos que vamos sair dessas dificuldades. Todos sabem que o governo passa por dificuldades, isso é notório, está aí nas receitas e é matematicamente comprovado que não só o Estado, mas também o Brasil passa por uma crise e, nesses vinte e sete anos também passamos por momentos difíceis e conseguimos superar, agora não será diferente. Tenho fé. Tenho fé que o Brasil, nosso País, vai sair dessa crise por seu tamanho, grandiosidade e pela sua importância no cenário internacional, como acredito que Roraima encontrará uma saída, e temos esse entendimento, quando fortalecermos em especial o setor primário, para que possamos aumentar nossas receitas e quando reconhecermos de fato esses direitos dos servidores, tanto dos servidores da educação, como os da saúde e da segurança pública. Sempre me coloquei à disposição dos trabalhadores da educação para intermediar, juntamente com o nosso bloco, esse entendimento, esse acordo com os trabalhadores do Estado de Roraima. Acredito que logo encontraremos uma saída para resolvermos todos esses problemas para que Roraima cresça cada vez mais. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – É verdade, Deputado Sampaio, precisamos dar cada vez mais apoio à área da Segurança Pública. Conte com esse Parlamentar para o que for necessário para que as polícias civil, militar e o corpo de bombeiros tenham mais recursos e possam completar seus efetivos. No tocante à questão de alteração da legislação, tenha a certeza que tem meu apoio para tudo que fortaleça os pilares que sustentam as instituições, principalmente as militares, que é a disciplina e a hierarquia, pilares fundamentais para seu funcionamento.

Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Presidente, eu protocolei com vossa excelência dois Requerimentos que acredito que vossa excelência não poderá colocar em votação agora,

porque, será para a próxima sessão. Mas, gostaria de falar um pouco sobre esses requerimentos. Um é referente a CPI da educação, porque, de forma equivocada, o Deputado Mecias solicitou que fosse feita uma Comissão Especial para tratar e discutir se havia ou não fato determinado para a criação de uma CPI. O nosso Regimento Interno não ampara esse tipo de pedido e eu gostaria de requerer a deliberação do plenário para a criação da Comissão, porque os fatos foram determinados no pedido da CPI, eles já estão determinados no pedido da CPI, então, não vejo motivo para que a Assembleia perca tempo criando comissão especial. Acho que temos que apurar essas denúncias que estão chegando. Acho que temos que fazer nosso papel, doa a quem doer. O Segundo requerimento é referente também à criação da Comissão Especial que o Deputado Mecias solicitou, e que foi aceito, sobre as denúncias do Ministério Público de Contas. As denúncias foram feitas, protocoladas, estão de acordo com a legalidade, têm amparo na Lei 1.079 e não cabe criação de Comissão Especial, o que se cabe é a eleição de uma Comissão que tem que ser feita para que fique claro para a sociedade o papel da Assembleia frente essas denúncias, se nós vamos nos calar ou se vamos apurar os fatos que estão sendo denunciados.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Jorge Everton, os seus requerimento serão lidos no expediente da sessão plenária do dia de amanhã, conforme prevê nosso Regimento Interno e será dado o encaminhamento previsto na nossa legislação.

Ordem do Dia, com a discussão e votação, em turno único, do Requerimento que versa sobre o pedido de prorrogação de prazo da Comissão Especial Externa, criada com o objetivo de acompanhar o processo de opção do pessoal alcançado pela MP 660 junto aos órgãos do Governo do Estado e da União, de autoria da Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues, e do Requerimento nº 074/15, requerendo a transformação da Sessão Plenária do dia 08 de outubro, às 10h, em Comissão Geral, momento em que esta Casa Legislativa, através do PROCON, estará levando ao conhecimento público a disponibilização de aplicativos, nos quais consumidores poderão realizar suas reclamações online, bem como acompanhar os processos originários das reclamações realizadas e, ainda, estará assinando, junto com autoridades do Poder Judiciário, termo de cooperação em que as decisões do PROCON serão homologadas pelo juiz competente.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 075/15.

O Senhor Primeiro-Secretário **Francisco Mozart** – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo. Coloco-o em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 075/15.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 074/15.

O Senhor Primeiro-Secretário **Francisco Mozart** – Lido o Requerimento nº 074/15.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo. Coloco-o em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 074/15.

Informo aos Senhores Deputados que a Mesa Diretora baixou a Resolução nº 045/15, que “Cria a Comissão Especial Externa para, nos termos dos artigos 43 e 44 do Regimento Interno, analisar e emitir parecer ao Requerimento nº 064/15, sobre supostas irregularidades nas contas do FUNDEB”, pedido formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado de Roraima, composta pelos Senhores Deputados: **Jânio Xingú, Jorge Everton, Soldado Sampaio, Naldo da Loteria e Mecias de Jesus**.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Resolução.

O Senhor Primeiro-Secretário **Francisco Mozart** – Lida a Resolução nº 045/15.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Está encerrada a Ordem do Dia. Passaremos para o expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Senhor Presidente, convoco os Senhores Deputados Masamy Eda, Francisco Mozart, Mecias de Jesus e Evangelista Siqueira para se reunirem após a Sessão, na Sala de Reuniões, para anteciparmos a reunião ordinária da Comissão de Educação, principalmente devido ao Ofício número 8/15, da Casa Civil,

lido hoje nesta Sessão Plenária, onde solicitaram a esta Casa a restituição para reanálise do Projeto de Lei nº 057/15 que “altera os dispositivos da Lei 892, de 21 de maio de 2013, referente ao Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima, e dá outras providências, que se encontra nesta Casa Legislativa, além dos Ofícios da Ordem do Dia e da Comissão de Educação que trata da greve dos servidores da saúde. Então, aguardo os Senhores Deputados membros da Comissão de Educação, Cultura e Saúde na sala de reunião.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – informo aos Senhores Deputados que após a Sessão haverá uma reunião na Sala de Reuniões com o Presidente da Casa.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Senhor Presidente, a criação dessa Comissão que foi lida agora não tem amparo neste Regimento. Gostaria que fosse analisado o meu Requerimento com relação à CPI da Educação, porque os fatos já são determinados, não faz sentido esta Casa está criando Comissão para perder tempo, precisamos apurar as denúncias que chegam nesta Casa. Quero informar também que o meu parecer, referente aos contratos milionários com as empresas de Manaus, cuja denúncia chegou através do Ministério Público Estadual, perdão, do Tribunal de Contas pelo Conselheiro Essen, já está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça. Espero que seja feito o quanto antes essa reunião, porque o contrato está sendo mantido de forma ilegal, já pagaram mais de treze milhões, recursos que poderiam ser destinados para pagar os salários dos professores que está atrasado em virtude da má aplicação dos recursos públicos do Governo do Estado. Então, já está pronto o meu parecer para que a gente possa votar o Decreto Legislativo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - O seu Requerimento está protocolado e será lido no Expediente da próxima Sessão Plenária, o qual terá prosseguimento conforme o nosso Regimento.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira fazer uso do Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convocou outra para o dia 08 de outubro, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 08/10/2015

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES E OBRAS

Em 22/10/15

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 004/2015

Convocamos os Senhores Deputados, Membros desta Comissão, **Odilon Filho, Oleno Matos, Angela Águida Portella e Naldo da Loteria**, para reunião desta Comissão, no dia 26 de outubro do corrente, às 15h na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas deste Poder, para discutir a Lei nº 984, de 19 de dezembro de 2014 que “dispõe sobre o sistema de Transportes Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Roraima e dá outras providências”.

Atenciosamente,

Masamy Eda
 Presidente da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2015

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às dez horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado George Melo. Com as presenças dos Senhores Deputados Membros Titulares: Aurelina Medeiros, Coronel Chagas, Jorge Everton e Lenir Rodrigues. Ausentes os Senhores Deputados Brito Bezerra e Oleno Matos. **Abertura:**

Havendo *quórum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento verbal do Senhor Deputado Jorge Everton, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos as seguintes Proposições: **Proposta de Moção de Pesar nº 024/2015**, de autoria de vários Deputados, que “pelo falecimento do Senhor Gilberto de Araujo Sobrinho, ocorrido no dia 10/10/2015 no Hospital Geral desta Capital.” O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para relatar o a Proposição. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que a Senhora Relatora emitisse o Parecer. **Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 037/2015**, de autoria da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de exame de acuidade visual e auditiva nas escolas públicas e dá outras providências.” Relator: Deputado Coronel Chagas. Parecer: Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos membros presentes na reunião. **2) Proposta de Moção de Pesar nº 024/2015.** Relatora: Deputada Lenir Rodrigues. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer da Senhora Relatora foi aprovado pelos membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

George Melo
 Presidente da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2015

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às oito horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado George Melo. Com as presenças dos Senhores Deputados Membros Titulares: Aurelina Medeiros, Brito Bezerra e Jorge Everton. Ausentes os Senhores Deputados Coronel Chagas, Lenir Rodrigues e Oleno Matos. **Abertura:** Havendo *quórum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento verbal da Senhora Deputada Aurelina Medeiros, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos as seguintes Proposições: **1) Proposta de Moção de Aplausos nº 026/2015**, “Pelo transcurso do Dia do Médico, a ser comemorado no dia 18 de outubro.”; e **2) Proposta de Moção de Aplausos nº 027/2015**, “pelo transcurso do dia 15 de outubro - Dia do Professor.”, ambos de autoria da Senhora Deputada Aurelina Medeiros. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Jorge Everton para relatar o a Proposta de Moção de Aplausos nº 026/2015 e o Senhor Deputado Brito Bezerra para relatar a Proposta de Moção de Aplausos nº 027/2015. Após as designações, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que os Senhores Relatores emitissem os Pareceres. Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na Ordem do Dia as Proposições analisadas pelos Relatores, aos quais solicitou procederem às leituras dos pareceres. Feitas as leituras, os pareceres favoráveis foram submetidos à discussão. Não houve discussão. Prosseguindo, foram colocados individualmente em votação, sendo aprovados pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às oito horas e cinquenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

George Melo
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO E DE AÇÃO SOCIAL.

Em, 22/10/2015.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2015

Convoco os Senhores Deputados componentes desta Comissão: Angela Águida Portella, Oleno Matos, Aurelina Medeiros, Lenir Rodrigues e Dhiego Coelho, para Reunião Extraordinária, no **dia 27 de outubro do corrente, às 15h**, na Sala de Reuniões, nos autos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, para **assinatura da Carta Aberta**, resultado da Audiência Pública do dia 14/05/2015, sobre “Diagnóstico do Quadro Atual da Dependência Química em Roraima, Prevenção, Atendimento, Tratamento e Criação de Políticas Públicas”, onde, na oportunidade, estarão presentes a convite desta Comissão, as Instituições (Autoridades) e Entidades que participaram nos debates desta Audiência Pública, e possíveis encaminhamentos sobre a mesma.

Angela Águida Portella
 Presidente da Comissão.

ATA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO E DE AÇÃO SOCIAL, REALIZADA NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2015.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e dez minutos, na sala de reuniões nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social, sob a Presidência da Senhora Deputada Angela Águida Portella (Presidente da Comissão), com a presença dos Senhores Deputados Oleno Matos (Vice-Presidente); Lenir Rodrigues e Aurelina Medeiros (Membros), ausente o Senhor Deputado Dhiego Coelho (Membro). **Abertura:** Havendo “*quórum*” regimental, a Senhora Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da Reunião anterior. Por requerimento do Senhor Deputado Oleno Matos, foi dispensado à leitura, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, a Senhora Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos membros, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade pelos Senhores Membros da Comissão, aproveitou para agradecer a presença de todos. **Expediente:** Não houve.

Ordem do dia: Não houve. Dando prosseguimento a Senhora Presidente Deputada Angela Águida, agradeceu a presença de todos e destacou os pontos de pauta: discutir e assinar carta aberta de compromisso da Audiência Pública sobre, “O Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima”, e possíveis encaminhamentos sobre a mesma, com a presença das instituições (autoridades) e entidades que se fizeram presentes nos debates; votação da minuta do Projeto de Resolução, que visa revogar, alterar e acrescentar dispositivos ao art. 40, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, para criar a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso. E, sugeriu a inversão à pauta, por dois motivos, a Deputada Lenir tem outra Reunião na sequência desta, e devido a mesma ter participado das discussões, é conhecedora profunda desse assunto e também estivemos discutindo esta temática de forma interna. Passou a falar da votação do Projeto de Resolução de desmembramento da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social, de autoria do Deputado Oleno Matos em duas Comissões, uma Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e de Ação Social e a desmembrada, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso, e que na reunião anterior já foi discutida os motivos pelos quais se foi levado a desmembrá-la, pois a mesma é muito grande, com várias temáticas e todas de grande importância, e por mais que se tente dar atenção a todas as temáticas, acaba-se por deixar a questão do Idoso e da Pessoa com Deficiência em segundo plano, porque as questões da Mulher, da Criança e do Adolescente, chegam de uma forma mais gritante, porque talvez as Redes de proteção sejam mais atuantes, mas não menos importante é a questão da Pessoa com Deficiência e do Idoso. Entende-se ser necessário ter este cuidado, este olhar diferenciado, o Deputado Oleno já é militante nesta área e parabeniza-se por já vir desenvolvendo estas atividades, enfim, hoje para referendar o seu Projeto. A votação da

minuta do Projeto de Resolução, que visa revogar, alterar e acrescentar dispositivos ao art. 40, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, para criar a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso, será simbólica, quem concordar permaneça como está. Foi aprovado. Dando seguimento a pauta proposta, pediu-se a secretária da Comissão se havia distribuído os encaminhamentos levantados na Audiência Pública do dia 19/05/2015, sobre “O Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima”, solicitou-se ao Deputado Oleno que fizesse a leitura dos encaminhamentos e após anotariam alguns apontamentos que as pessoas julgassem necessárias, feita a leitura dos encaminhamentos (em anexo), agradeceu ao Deputado Oleno e pontuou-se que como cada um dos presentes estava representando alguma Instituição, que falassem um pouco de suas Instituições e se achassem necessário incluir demandas que não foram pontuadas, para que se pudessem tomar as providências, passando a palavra de início a Deputada Lenir, devido à mesma ter compromisso a seguir e precisar assim ausentar-se. **Deputada Lenir Rodrigues (Membro da Comissão)** – Saudou a Senhora Presidente, Deputada Angela Águida e em nome do Deputado Oleno cumprimentou os demais presentes, e falou que no documento (Ata) originário da Audiência Pública, efetuou algumas pontuações para facilitar de forma metodológica algumas ações, sendo que, entregou uma cópia a Presidente Deputada Angela Águida e a seguir fez a leitura do mesmo (em anexo). E, ainda, salientou outro ponto que não estava contemplado no documento, fazendo um requerimento a Senhora Presidente para ser incluso, quando se diz: “governo”, deve ser governo estadual, porque senão, pode-se entender como governo municipal ou federal, então, inserir no documento governo estadual e dentro dele também colocar o fortalecimento das Defensorias Públicas nos Municípios, nas Comarcas, porque um dos lugares onde se recebe denúncia de abuso, na grande maioria é nas Defensorias Públicas, além das delegacias e escolas, encerrou, destacando serem estas as suas contribuições. **Deputada Angela Águida Portella (Presidente da Comissão)** – Informou não ser necessário fazer o requerimento, tendo em vista que a reunião está sendo gravada, e que será tomada as devidas providências, sendo que a grande maioria das pontuações feitas pela Deputada Lenir, coincide com as já relacionadas no relatório anterior, agradecendo o esforço e a pró-atividade em contribuir de forma metodológica com a discussão e passou para o próximo assunto da pauta. Informou estar em mãos com a Carta Aberta da Audiência Pública sobre, “O Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima”, a qual deverá ser assinada pelas Autoridades de Instituições e Entidades representadas no dia da Audiência Pública e posteriormente serão providenciadas cópias da mesma e enviada a todos. Pediu ao Deputado Oleno que fizesse a leitura da Carta Aberta, para após, serem colhidas as assinaturas da mesma, enquanto isso ter dado continuidade ao debate das pontuações necessárias dos demais, presentes. **Deputado Oleno Matos (Vice-Presidente da Comissão)** – Falou à Senhora Presidente, que tendo em vista que seriam providenciadas cópias a todos os presentes, a cada representante das Instituições, solicitou a dispensa da leitura da Carta Aberta, da Audiência Pública sobre, “O Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima”. **Deputada Angela Águida Portella (Presidente da Comissão)** – Colocou a solicitação do Deputado Oleno em apreciação aos demais presentes, referente à dispensa da leitura da carta aberta de compromisso da Audiência Pública sobre, “O Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima”, a qual, não havendo posição contrária, foi acatada. **Deputado Oleno Matos (Vice-Presidente da Comissão)** – Solicitou questão de ordem, com relação à aprovação do desmembramento da Comissão, esclareceu que a Comissão está aprovando o encaminhamento de um Projeto de Lei ao Plenário, para votação e só após a aprovação do Plenário é que será através das representações das bancadas, feitas as indicações dos Membros para composição da mesma. **Socorro Santos (Membro do Fórum dos Direitos da Criança e Adolescentes - Fórum DCA)** – Cumprimentou todos os presentes e se manifestou a nível de informação, que na semana anterior, um grupo do Comitê de Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima e o Fórum DCA, foram fazer uma visita ao Instituto Médico Legal – IML, foram recebidos por dois médicos, o Dr. Sergio e o Dr. Francisco Farias, que são os Diretores Interinos, não tem ainda um diretor específico, já passaram por lá 4 diretores desde o início do ano, e que estão interinos e não sabem se irão permanecer, mas abriu as portas da Casa, nos recebeu, colocou os pontos positivos e os negativos

do atendimento às crianças e o local onde havia não existe mais, para atendimento das mesmas, foi questionado que havia tido uma reunião na qual estávamos presentes no Tribunal de Justiça, onde o Delegado se colocou a disposição, dizendo que se ali não tivesse um local de atendimento à criança, tiraria recurso próprio para que ali funcionasse um atendimento especializado. Não existia um atendimento especializado, as coisas estavam até piores, até tinha uma sala ao lado, que era do Diretor para o atendimento das crianças. Mas aquilo que foi dito nas redes sociais e na imprensa, não é verídico. Ao contrário do que existia no ano passado, que já era pouco, estava muito pior. E, já que se estavam tratando desse assunto, iriam fazer um relatório sobre a visita e encaminhariam para todos os órgãos competentes. **Deputada Angela Águida Portella (Presidente da Comissão)** – Solicitou a Secretária da Comissão, que ao enviar o documento falando das responsabilidades levantadas para a Secretaria da Saúde, sugeriam que encaminhassem uma cópia desse documento aos cuidados do Dr. Maique Evelin Longo Pereira, Delegado-Geral Adjunto, para que o mesmo tivesse conhecimento e pudesse acompanhar o processo, pois fazia parte de seu ambiente de trabalho. **Deputada Aurelina (Membro da Comissão)** – Cumprimentou todos os presentes, pedindo desculpas por seu atraso, se justificando que a terça-feira é o pior dia da semana na Assembleia, primeiro dia de Sessão, somando a greve dos professores e uma equipe de Parlamentares de fora, que a deixou feliz, que acabou não tendo a oportunidade de falar hoje, porque eles estavam de passagem, lembrou que tinha 20 anos no Legislativo, discutindo e o poder de Legislativo e fazer Leis era praticamente inexistentes e observou que agora que estavam começando a discutir o pacto federativo, onde o legislativo, na verdade, não tem poder para executar nada, se discute, levanta questões, e ainda, tem uma Constituição que tira mais de 90% do poder do Legislativo, o poder de fazer leis. E, quando se diz: o Legislativo aprova. Ele aprova sim, mas tudo que aprova é inconstitucional, gera despesa, mexe na estrutura de funcionamento de uma Secretaria e terminaram por fazer todo um esforço em vão. Deu o exemplo, do próprio grupo que aqui estava discutindo um tema que já era objeto de discussão de anos anteriores, todo ano é a mesma coisa e terminavam sentindo-se impotentes. Lembrou que pela ocasião da Audiência Pública, disse que hoje teriam que fazer leis, para obrigar as leis a serem cumpridas. Já se começou a fazer isso, aprovar várias leis que obrigam a divulgar, dar conhecimento daquilo que diz respeito à família, digo a família, por que engloba, a mulher, a criança, o adolescente, o idoso. E naquela ocasião, afirmou ter dito mais, que estaria criando um Disk Infância, Criança, Juventude, Adulto, Velho, afinal, um meio de denúncias, onde estariam ajudando todos estes eixos que dizem respeito à família e foi criticada. Falaram que existe já o Disk 100, e que nas Audiências Públicas ouviu-se vários depoimentos de pessoas, afirmando que este serviço do Disk 100 não funciona e que pessoas já haviam ligado várias vezes e que ninguém atende, inclusive de que várias questões de Roraima, não são incluídas na estatística nacional por falta de informações. Então, neste final de semana, ou foi na segunda-feira, afirmou ter se deparado nos jornais com a mesma situação, um caso de abuso de criança, violência sexual, onde a pessoa havia procurado a Delegacia geral, 5º DP, Delegacia de Mulher, Delegacia da Igreja, da Paróquia e não tinha encontrado ninguém onde reclamar, então, colocou isso para dizer que naquele momento podia ter uma Lei da nossa série de leis, que funcione que é um Disk denúncia para a Comissão da Criança, havia pensado em implantar no CHAME – Centro Humanitário de Apoio a Mulher, mas lá é mais específico para a mulher e que estava a Deputada Angela Águida, juntamente com a Comissão da Família, montando uma estrutura aqui dentro da Assembleia com sala, equipamentos e pessoas capacitadas, até pela experiência que se teve com o CHAME. Quando o CHAME iniciou, tinha um atendimento maior que as Delegacias, porque a mulher se sentia mais a vontade de vir, de falar. Sentia-se mais acolhida. Até mesmo os homens, vítimas de violência também procuravam o CHAME para dizer que haviam sido agredidos por suas parceiras e ainda estão procurando. Colocou ainda, que para ela, esta sempre foi uma questão difícil da mãe encarar, quando se trata de abuso dentro da própria família, de acusar o pai, o irmão, o tio, o padrasto, o vizinho, a questão da ameaça. Talvez com um espaço dedicado a este fim, seria mais fácil das pessoas chegarem até aqui. A Assembleia não tem competência para executar, ela só pode sugerir, mas ela tem competência para encaminhar, cobrar e assim será feito. Lembrou que já foi colocada anteriormente a decisão de dividir esta Comissão, desmembrar a questão da Pessoa com Deficiência e do Idoso, criando assim outra, que irá tratar exclusivamente dessas duas temáticas, isso fará com que se consiga dispensar uma atenção maior as mesmas, pois como já foi discutido anteriormente, a Comissão da Família,

engloba várias temáticas e por mais que se tente, acaba-se por não se conseguir dar a atenção especial que elas merecem. Quanto a Carta Aberta, resultado da Audiência Pública do dia 19/05, afirmou que as questões não serão resolvidas de uma hora para outra, elas levam tempo para se executar, não é fácil, mas isso não enfraquece a nossa vontade de fazer, nem a obrigação. Sabem que tem que fazer, tem que estar unido, tem que cobrar. Hoje, vão aos municípios e vêem a estrutura que praticamente é inexistente dos CREAS e dos Conselhos Tutelares, com uma estrutura extremamente frágil. Observou ainda que, a maioria dos nossos Prefeitos não entende a importância, citou o município do Cantá, que se vai a toda hora e, acredita ser um dos municípios que atualmente existem mais casos de abusos sexuais no nosso estado. Afirmou ainda, ser preocupante, além da falta de estrutura e da fragilidade dos Conselhos Tutelares, a preparação nos municípios para a eleição dos conselheiros tutelares que estão acontecendo agora, a disputa por uma vaga se banalizou, todo mundo quer participar das eleições, buscando apoio com os vereadores e deputados, pedindo cota para gastos com combustível e panfletos, pessoas que nunca tiveram e nunca vão ter envolvimento e preocupação nenhuma com a causa da criança e adolescente, que estão simplesmente atrás do salário, que não sabem qual a finalidade e o que é um Conselho Tutelar, muito menos, as funções de um conselheiro tutelar. Destacou estar falando isso, por ser preocupante. Preocupa a todos, aos parlamentares, aos que vivem nessa luta já há muitos anos e sabe a responsabilidade que se tem. E disse mais, que todas as ações sugeridas aqui, nenhuma é de curto prazo, que nossa luta é grande, que queremos fortalecer ao máximo nossa Comissão, que vamos sair daqui defendendo a questão maior que é a Família, a Criança e o Adolescente. Lembrou que tivemos aqui outra Audiência Pública sobre dependência química, também realizada por esta Comissão e a questão do alcoolismo, é na grande maioria, a raiz do problema do abandono da criança, a porta de entrada para a violência, dependência química, drogas e uma série de outras questões. Finalizou dizendo que se não houver união, fica-se impotente. E, como a Socorro falou aqui, parece que este ano está ainda pior, parece que os anos de luta, foram por água abaixo. Disse que, sabemos que estamos num ano de mudanças e que esta é a hora de colocar o que realmente se precisa, o que se quer. Não por que estava ótimo e piorou e sim porque estava ruim mesmo. Reforçou que quase nem aparecemos nas estatísticas a nível nacional, com relação a dados de violência sexual e não é por falta de dados, mas sim, por não informar. Pode-se constatar que o erro não é de agora e que não conseguimos sobressair com o trabalho de base, onde realmente obtemos os resultados. **Juiz Dr. Delcio Dias (Coordenador da Infância e da Juventude)** – Cumprimentou a todos, agradeceu o convite da Comissão e fez questão de dizer, saber que realmente é muito trabalho lidar com o tema infância e juventude, mas a recompensa por mais difícil que seja ela vem e alguns mecanismos que constaram nesta carta de compromisso, resultado da Audiência Pública do dia 19/05, que foi destinada a este fim, alguns saíram de dentro daquela reunião, com alguns administradores públicos que se fizeram presentes, que foram colocados contra a parede e assumiram o compromisso, e voltar atrás agora, acredito que é até meio vergonhoso. Então, vão ter que cumprir, mesmo que demore um pouco, mas irão ter que tirar os compromissos assumidos do papel. Foi realizada uma reunião no mês de junho, sobre o protocolo de atuação unificada e todas as pessoas da Rede da criança e adolescente que trabalham com a criança e adolescente vítima de abuso sexual e estava presente, o Delegado Maique da Secretaria de Segurança Pública, que é adjunto da Delegacia Geral, sendo que o mesmo assumiu o compromisso perante os presentes naquela ocasião, de que aquele problema que havia sido levantado no IML, ele daria fim, inclusive, depois viu uma matéria veiculada no jornal, afirmando que o problema havia sido resolvido, o qual causou surpresa, o fato de não ser verdadeira a notícia da resolução do problema no IML. Solicitou a Senhora Socorro Santos, que lhe enviasse uma cópia do relatório da reunião, onde foi assumido em público o compromisso, é uma questão muito crítica, delicada e é lamentável a situação ter chegado onde chegou. Com respeito à falta de dados de crianças e adolescentes que são vítimas de abusos sexuais, informou que nesta semana foi convocado para participar de uma reunião no Rio de Janeiro, então vai ser na sexta-feira e está levando uma sugestão para o Colégio de Coordenadores de Infância para que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ crie um Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Vítimas, para que possamos ter realmente estes dados por Estados e o dado Nacional, porque hoje este sentimento não é só de Roraima, é nacional. Então, afirmou que irá levar esta sugestão, lá estará presente o Juiz que é o auxiliar do Corregedor do CNJ e provavelmente este tema ganhará corpo e no futuro ganharemos mais um cadastro nacional. Dos

compromissos assumidos pelo Tribunal de Justiça, na Audiência Pública do dia 19/05 do corrente ano, algumas delas estão na pendência tão somente da entrega do novo Fórum Criminal, por exemplo, inaugurar a Sala Especial de Depoimento, é somente com o novo Fórum, já está tudo pronto, os materiais já foram licitados, agora só depende da instalação física do novo Fórum Criminal e a informação que recebeu talvez a mesma, fique para final de outubro e se vier a emperrear, só para o ano que vem. A Reestruturação de prestação da Justiça Alternativa, já foi dada os primeiros passos, esta semana será protocolado a projeto de criação do primeiro núcleo de justiça restaurativa, o Presidente já autorizou a tomar as primeiras providências para que no ano que vem, aqui em Boa Vista, se tenha em funcionamento, um Núcleo de Justiça Restaurativa, que funcionará primeiramente na Vara da Infância e Juventude e será um núcleo judicial para atuação naqueles casos de atos de infração, a idéia, no futuro, é que haja uma desjudicialização, depois ampliado para escolas e outras áreas sociais de interesse para a nossa comunidade. E a criação da Vara de Crimes Contra a Dignidade da Criança e do Adolescente, o Presidente também autorizou naquela última reunião, que fossem efetuados os estudos, os quais já estão sendo providenciados, e que para o ano que vem, com a inauguração do novo Fórum Criminal, o qual provavelmente será instalado até o final de sua administração de 2016. Então, estes 3 (três) eixos que foi assumido pelo Tribunal de Justiça, o compromisso, até provavelmente final de 2016, se Deus quiser e, no que depender de nossos esforços, estará sendo cumprido e agradeceu a atenção de todos. **Deputada Angela Águida Portella (Presidente da Comissão)** – Falou ao Dr. Delcio que gostaria de ter uma cópia deste Protocolo Unificado, o qual falou prontamente que irá providenciar. Continuando, a Deputada fez uma sugestão sobre o sentimento que a Deputada Aurelina colocou que é um sentimento que nos martiriza e que ela tem certeza que todos comungam dele, porque cada um depende de alguma forma, para que as coisas aconteçam ninguém é o executivo ou gestor de recurso e tem que esperar mesmo. Acrescentou que, na próxima reunião, iriam tratar sobre a questão da Audiência Pública do Dia 14/05 do corrente ano, onde foi discutida a questão das drogas, passado estas duas reuniões, na qual alguns dos que aqui estão se farão presentes, após estas duas reuniões, com o Protocolo de Intenções e as duas Cartas em mãos, todos já notificados e de posse destas informações poder-se-ia agendar uma visita em cada um desses espaços e conversar com os gestores dessas pastas, fazer uma visita a própria Governadora, ou melhor, a priori, fazer a visita à Chefe do Executivo e depois as demais pastas e instituições. Perguntou aos demais Membros da Comissão, se achavam interessante esta visita com os componentes da Rede. **Deputada Aurelina Medeiros (Membro da Comissão)** – Complementou que temos até 30 de setembro para o envio do orçamento que vem para Assembleia. afirmou ser muitas vezes polêmica com algumas coisas que acontecem, por exemplo, 91% dos recursos da Secretaria de Segurança, são para pagar pessoal e que estava atrás de um dinheiro para a saúde, que não tinha como pagar médico especialista, e ela era relatora do orçamento, tinha um valor sobrando que não lembrou qual era no orçamento e pensou: vou tirar esse dinheiro daqui, porque não tinha na programação do orçamento pagamento de médicos especialistas já para o mês de janeiro e não teve de onde tirar, porque aquele valor se destinava ao auxílio alimentação, auxílio moradia. Da Polícia Militar a mesma coisa, 90% dos recursos destinado a PM, é para o pagamento de pessoal, sendo que sobrava 14%, e pensou que dava para tirar uns 2% daquele valor. Não pôde, era destinado a auxílio alimentação, fardamento, moradia. Não tinha R\$ 1,00 (um real) do orçamento sobrando nem para comprar um carro. Aí, correu para a educação que sempre sobra, na qual se deparou com a greve e se viu encolhida num canto. Chegou à triste conclusão de que haviam aprovado um orçamento, onde 91% dos recursos do FUNDEP, são para pagamento de professor, teve o orçamento nas mãos, foi relatora do orçamento e foi aprovado por esta Casa. O orçamento chega para ser votado na Assembleia e não tem R\$ 1,00 (um real) para investimento. Às vezes, tem 02% ou 3% do orçamento e friso estar falando isto, pela importância que a Proposta Orçamentária das Secretarias que vai vir para esta Casa de Leis no final de setembro tenha algum orçamento destinado a este fim, por que aqui não tem a competência para mexer em recurso de pessoal, nos 25% da educação, nos 12% da saúde, que agora são 14%, os Deputados não tem autonomia para fazer isso, para mexer em recurso de empréstimos, e de pagamento de pessoal, então, cada secretaria sabe a sua necessidade e já vem um orçamento exprimido. Complementando deu o exemplo do nosso orçamento que não contemplava R\$ 1,00 (um real) para o pagamento de pessoal da Companhia Energética de Roraima – CER, porque se achava que ela ia ser Federalizada e não foi, estão pagando, sabe-se Deus como, pois não

foi aprovado dinheiro para esse fim. Então, que cada Secretaria se organize e destine um pouco de seu orçamento para investimento. Porque depois disso, ainda tem a luta para a liberação. Então, deve-se estar atento na elaboração do orçamento de 2016 das nossas instituições, que chega à Assembleia agora, no dia 30 de setembro. **Ivone Salucci (Membro do Fórum de Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima)** – Se manifestou dando uma resposta à Deputada Aurelina, sobre os Conselhos Tutelares, lembrou que também é Conselheira Tutelar no Município de Boa Vista, onde estamos em volta neste período com a eleição universal e o que está acontecendo é que quem realmente deveria realizar toda a organização das eleições, são os Conselhos de Direitos, mas eles praticamente não existem, pois o Conselho Estadual atualmente não existe, ele está totalmente desestruturado. Disse ainda, que vai ao interior e que recentemente esteve no Amajari e é doloroso ver a dificuldade que eles enfrentam, porque agora dizem que tem uma Lei nova, que é apenas 04 anos, que é uma eleição universal, afirmou também, que não é qualquer cidadão que pode se candidatar para ser um Conselheiro Tutelar, a Lei nº 8069, diz que: a pessoa tem que ter no mínimo dois anos comprovados de trabalho com a defesa ou atendimento de crianças e adolescentes, então, não é qualquer pessoa, agora se está acontecendo o contrário, isso se dá por falta de entendimento dos Conselhos Municipais desse Estado e isso infelizmente, gera a situação que foi relatada, de pessoas que se quer entendem o que é ser um Conselheiro Tutelar. Outra situação que fez questão de chamar a atenção, é que o Fórum e o Comitê, estão às voltas atualmente com a forma pela qual a imprensa está se colocando em relação aos direitos das crianças e adolescentes. Eles têm recebido denúncias, que acreditam, por força da questão da idade penal que tomou força no Congresso Nacional com a divulgação no Brasil todo, de que mais de 80% da população é a favor, com isso, a imprensa também ganhou força para extrapolar de seus deveres como meio de comunicação e mostrar de maneira inadequada, expondo crianças e adolescentes que forem vítimas na imprensa e tratando infratores como bandidos comuns. Então, estão tomando providências, falando que gostaria muito que esta Comissão também aderisse a este movimento, para que pudessem juntos chamar os gerentes dos meios de comunicação, porque é inadmissível que uma criança ou adolescente que foi violada sexualmente, que já passou pelo constrangimento, pelo inferno chamado IML, tenha que ser exposta na imprensa de maneira constrangedora, como está se vendo atualmente, e ainda, referente aos recursos que a Deputada Aurelina também comentou, afirmou não concordar na Gestão do Senhor João Batista Campello em 2001/2002, informou que veio recursos do Ministério da Justiça para implantação da Delegacia Especializada dos Crimes contra a Criança e Adolescente, onde, foi elaborado um projeto para a implantação da delegacia, juntamente com a Dra. Graciete e, pasme, o recurso voltou, porque o Senhor João Batista Campello, deixou que este recurso retornasse e hoje, somos o único estado do norte do Brasil que não tem uma Delegacia Especializada. Estamos com o núcleo que a Dra. Aparecida conhece muito bem, porque ela já vem de outra Gestão neste núcleo, que se muda para os lugares mais inóspitos, então, falou do seu desejo de que todos estivessem bem atentos a esta questão de recursos que chegam. Em 2012, uma pessoa da SETRABES – Secretara do Trabalho e Bem Estar Social, ligou para ela dizendo que havia chegado um Projeto do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, para exploração sexual aqui em Roraima, é de trezentos e poucos reais, mas ninguém aqui na SETRABES quer elaborar o projeto, perguntando se ela gostaria de fazer, ao qual ela encampou o projeto, foi lá, convidou a companheira Nelma e fizeram o projeto, que é de capacitação sobre exploração sexual, isso foi em 2012, e finalizou dizendo que talvez até o final do ano, este recurso seja liberado, expressou que era inadmissível, a sociedade civil fazer o projeto, entregar pronto na SETRABES, e até agora não ter sido autorizado à liberação do recurso. **Dra. Mª. Aparecida F. Tavares (Núcleo de Proteção à Criança e Adolescente-NPCA/PC)** – Cumprimentou a todos, se dirigindo em especial a Ivone, falando ser verdade que ela conhece bem a sua trajetória no NPCA, o qual foi criado em julho de 2005, como núcleo, porque era uma criação provisória, para ser transformada em Delegacia, teria que ser por Lei e até hoje não foi transformado, mas falou não ter se frustrado com isso, e se dedicar 100% ao NPCA, informou que, quando lá estava lotada, passou 03 anos, de 2005 a 2008, teve outras lotações e retornou no ano passado, continua com a estrutura deficiente, que não é suficiente e nem adequada, mas tem consciência e isso não lhe dá a possibilidade de atender da melhor maneira possível à sociedade. Trabalha os dois turnos, porque não tem outra delegada (o) para substituí-la, que está de segunda à sexta até as

19h30min, o núcleo está aberto, mas que não tem como responder e nem explicar o que acontece fora do núcleo. Segundo o IML, sempre teve este problema, há 11 anos que sou Delegada de Polícia nesta cidade e sempre foi assim, a estrutura, uma época paliativamente teve uma sala, hoje, não tem mais. Sobre o atendimento por um Médico e não por uma Médica, falou que não estamos aqui para brincadeira, afirmou não ser este o seu papel quando vai para uma discussão, e disse achar muito difícil em curto prazo isto acontecer, porque, o atendimento do IML é por uma escala de plantão, não temos número suficiente de legista do sexo feminino para compor as escalas e quando é uma situação de flagrante, é inevitável até mesmo para ela, o legista ser do sexo masculino e ela não permitir levarem a menina, porque precisa da materialidade de imediato, o policial militar sabe disso, por isso leva as ocorrências até sua pessoa, porém, quando não é situação de flagrante tenta amenizar ao máximo, ligando para o IML e tentando agendar um dia que tenha uma Médica na escala de atendimento, depois da confirmação, pergunta a família se aceita que sua filha ou filho seja atendido neste dia. Quanto à estrutura, o Ministério Público foi antes da Audiência Pública, as demais reuniões não foi de seu conhecimento, apenas veio a Audiência Pública, depois da Audiência o Ministério Público foi novamente fazer a visita, não tem nenhum constrangimento a este respeito, ninguém a impede de deixar qualquer pessoa visitá-los como realmente acontece, funciona o NPCA e a Delegacia do Idoso no mesmo prédio, não possuem privacidade, mas tentam fazer o atendimento da melhor maneira possível, porque precisa fazer o atendimento, não pode esperar o dia que se tenha uma delegacia ideal para atender a população. Cabe a ela como Chefe da Delegacia, tentar amenizar da melhor maneira possível o dano. Agora, um problema sério que se está enfrentando, e quando pediu a palavra era o mais urgente, o que não calava, é o que se pode fazer, a Deputada falou em uma campanha, ou inserir em uma das Comissões, é o atendimento às comunidades indígenas, porque a violação de direitos é evidente, é óbvia, pública e notória por toda sociedade e, enfrenta grande dificuldade para investigar é imensa. Acredita que deveríamos mobilizar para conscientizar nossas comunidades indígenas, os gestores destas comunidades para tentar facilitar esta investigação. Falou ainda, que procura a FUNAI, e ela se fecha em um casulo. As denúncias chegam e ela tem o dever de investigar, mas está encontrando grande dificuldade para tanto. Afirmou estar disponível para entrar nas comunidades indígenas, mas vai por conta e risco. Então, precisa-se entender que para a polícia trabalhar precisa de apoio e para conseguir mudar isso se precisa de mobilização, sensibilizar a população, deixando seu apelo para ver com o que esta Comissão pode fazer para ajudá-los, para que não dificultem as investigações. A investigação precisa existir.

Deputada Lenir Rodrigues (Membro da Comissão) – Sugeriu que o núcleo conversasse com o Fórum, porque acredita que juntos podem chamar as representações das organizações indígenas, que são diversas. Com isso, o Fórum pode ajudar a encontrar uma solução, porque as comunidades têm seu regimento interno, mas eles são muito respeitosos com as instituições. Então, acredita que se tivermos uma reunião com as entidades, irá facilitar a vinda dessas pessoas, porque na grande maioria já possuem as suas próprias penalizações internas dentro da comunidade, mas não se furtam de querer que sejam apurados as coisas, como, por exemplo, neste caso que a criança esta sofrendo abuso, não se pode omitir. Acredita ainda, que não seja um trabalho da Comissão propriamente dita, mas do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente.

Socorro Santos (Membro do Fórum DCA) – Falou ser esta sua sugestão e disse ainda que a mobilização, de 2007 até 2013, houve uma sensibilização com uma mobilização diante de todo o serviço, porque tinha este projeto que a Ivone cita há pouco, que foi o Projeto de 2014, que é o PAÍ - Programa de Ações de Referência ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima e foi trabalhado muito com as lideranças, onde foi visto coisas incríveis, como as próprias lideranças pararem carros, mandarem as pessoas descerem, prenderem e levarem até a sede do município. Disse ainda que, quando as pessoas são sensibilizadas, quando elas sabem o poder que elas têm e o conhecimento, elas fazem de acordo com o que deve ser feito e já foi dada capacitação dentro das comunidades, e se faz, ali se realiza, fazem coisas que até Deus dúvida pelas crianças e adolescentes, porque eles têm um olhar diferente do nosso, apesar de alguns deles abusarem de suas crianças, ao mesmo tempo. As crianças e adolescentes dentro das comunidades indígenas, e que quando visitarem, observarem que eles têm um referencial diferente, mas precisa capacitar chamar para uma conversa, dizer para eles qual é a nossa Lei, a lei dos brancos como eles chamam e a lei deles, juntar as duas e conversar para que realmente seja feita a sensibilização e depois se verá a mobilização da própria

comunidade que é realizada, quando eles têm o conhecimento.

Dra Verônica Santos de Albuquerque (Inspetora da Polícia Rodoviária Federal/RR) – Relatou que com relação aos itens relacionados que cabem à Polícia Rodoviária Federal, disse ter ouvido todas as necessidades e dificuldades colocadas pelas demais instituições e falou que com a Polícia Rodoviária não é diferente, existem muitas dificuldades, mas também há uma facilidade de poder auxiliar nestas situações. Na verdade, as comunidades indígenas geralmente estão às margens das nossas rodovias e elas têm um respeito muito grande pela Polícia Rodoviária Federal. Dentro da Polícia Rodoviária Federal, tem a Comissão Regional de Educação para o Trânsito – CRET, na qual se aproveita para visitar os municípios, as escolas, comunidades, inclusive as indígenas, não só para levar as informações com relação à educação para o trânsito propriamente dita, mas todas estas informações que estamos precisando agora, porque a PRF trabalha também com todos estes crimes. Então, o que a PRF poderá ajudar em nível de se unir, como a Deputada Lenir colocou, a Rede tem que estar muito bem interligada, para que se possa fazer, poderia se avaliar toda a estrutura da CRET, de atendimentos, de viagens, de fazer estas palestras, aproveitando para fazer junto às palestras com relação a estes crimes de abusos e exploração sexual contra crianças e adolescentes que está em discussão hoje, mas também sobre as drogas, defesa da mulher, que sabemos ser uma constante e estar tudo interligado. Às vezes, a criança está na rua, está se deixando ser maltratada, passando fome, porque dentro de casa está tendo a mãe espancada pelo pai, o pai e/ou a mãe estão alcoolizados e não tem para onde recorrer e termina no crime também, e continua-se batendo na mesma tecla, que é arrumar Leis e estruturas, mas para o fato que já está instalado. Tem que começar trabalhar a prevenção, o início do problema, que está na família. O que podemos fazer para orientar será que adianta mudar a idade penal da criança, porque ela realmente é um marginal, mas o que está fazendo esta criança se tornar um marginal com tão pouca idade, tão prematuramente? Por isso, reafirmou para que se possa trabalhar na prevenção. Lembrou que pela manhã, esteve na Delegacia com a Delegada Aparecida, e a mesma estava me relatando que uma criança havia sido adotada e a mãe adotiva a estava devolvendo, porque não sabia como lidar com a criança e não era por falta de condições financeiras, era questão de estrutura emocional, orientação. Continuou relatando que ela adotou 04(quatro) crianças e que o seu segundo filho lhe deu um trabalho enorme, porque ele fugia constantemente de casa, ela vivia na Delegacia de Infância e Juventude, já era conhecida por lá, porque ele vivia fugindo, uma das últimas fugas dele, quem o encontrou foi um sargento da PM que trabalhava com o Projeto Galopando, que o encontrou com uma caixa de engraxate, sendo explorado, porque ele achava que podia viver muito bem sozinho. Contudo, sabe que teve muita sorte, devido a ele nunca ter enveredado para o mundo das drogas, graças a Deus, ele foi sempre muito bem orientado, o que o ajudou a não se perder em drogas e com a criminalidade em si, mas poderia ter acontecido tudo isso, hoje, ele está com 24 anos, e há alguns dias atrás ele a indagou do porque nunca parava de pegar no seu pé, a qual respondeu que o motivo era porque nunca ia deixar de ser sua mãe. Afirmou que ao relatar este fato a Dra. Aparecida, não era para vangloriar-se, mas para dizer que muitas vezes a pessoa que precisa de um apoio não tem que muitas vezes choror por não ter onde buscar este apoio, para proteger, procurar. Então, a Rede tem que estar unida, tem que orientar, para que todos saibam que existe alguém que pode fazer a diferença, e se a Rede pode ser este caminho, vamos fazer com que ela realmente seja este caminho. Então, o que se pode fazer, tem que mudar? Tem! Mas, ninguém vai conseguir fazer esta mudança do dia para a noite, tem que se dispor mesmo a fazer, de lutar, dos meios que se tem, dar o melhor e buscar a base. Para se conseguir salvar as nossas crianças, tem que conseguir salvar a base, que se chama: família. E, com relação a PRF, disse que está aberta para todo e qualquer auxílio neste sentido de poder se deslocar, de poder ajudar a entrar nas comunidades indígenas, só basta um ofício, se conversar com o Chefe do Distrito, que está sempre à disposição, pois é muito solícito a ajudar todas as instituições dentro do que cabe a PRF e as que podem colaborar, porque também têm suas deficiências, mas se colocaram a disposição para o auxílio e para melhorar cada vez mais a saúde, a proteção e a educação das nossas crianças, adolescentes e de toda a população de uma maneira geral.

Deputada Angela Águida Portella (Presidente da Comissão) – Agradeceu a fala da Dra. Verônica, colocando que durante a sua fala fez algumas anotações e que tem sim como fazer, estimular esta parceria, já atendendo a questão colocada anteriormente na fala da Dra. M^a Aparecida, pedindo apoio com relação às comunidades indígenas, em relação ao acesso, falando de sua disponibilidade em fazer palestras de

informação e conscientização, colocando também a Escola do Legislativo a disposição, podendo assim, realizar estas palestras. Enfim, vamos desenhar esta questão. **Antonia Calheiros (Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCARR)** – Aproveitou para colocar que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente de Roraima - CEDCARR encontra-se enfraquecido, precisa passar por uma reestruturação e observou que durante esta rotatividade que foi colocada aqui na fala da Ivone e Socorro, que devido a esta mudança frequente de gestão, enfraqueceu demais o CEDCARR, os Conselheiros assíduos são apenas três, e a parte Governamental está muito fraca. Então, precisa passar por uma reestruturação e acredita-se que a partir desta mobilização, a qual a Deputada Angela sugeriu em sua fala anteriormente, com visitas primeiramente à Governadora e após as pastas afins, que se possa sensibilizá-la no sentido de fortalecimento do CEDICARR, pois isso tem dificultado muito o trabalho. **Cel. Magalhães Damasceno (Polícia Militar/RR)** – Cumprimentou a todos, como representante da PM, afirmou que a mesma é uma parceira que a sociedade poderá contar sempre e esta parceria é duradoura, até mesmo porque, trabalham para o cidadão, do mais humilde ao mais importante, a PM vai estar sempre presente, como os que o antecederam nas falas, tem observado que a família está cada vez mais fragilizada, então é necessário o seu fortalecimento. O pátrio familiar é indelegável, você não pode passar uma responsabilidade que é sua, pai ou mãe, para uma pessoa distante. Tem observado também na Delegacia, crianças e adolescente que estão passando por problemas e que o pai chega com aquela criança como se ela fosse um fardo, jogando a responsabilidade que é dele aos policiais, então, é necessário assumir responsabilidade, compromisso e comprometimento. Ainda, observou que esta vulnerabilidade, principalmente nas comunidades indígenas, isso é realidade. Têm acontecido muitos abusos contra crianças e adolescentes, até mesmo porque, é uma questão cultural e cada vez mais tem que ser discutido, analisado e informado, porque é um grande problema e ele requer solução, e apesar de todas as dificuldades que foram aqui relatadas, uma coisa o deixou muito otimista, que é nas dificuldades que a gente conhece quem é quem, gosta muito de ouvir pessoas que são otimistas, pessoas que possuem determinação e sempre que é possível, falar com insistência, persistência e consistência, vale à pena. São atributos que cada vez mais precisam ser cultivados. Afirmou ficar satisfeito com o depoimento da Dra. Aparecida, sabe que ela é uma delegada que possui muita competência, capacidade, ama o que faz e faz o que ama isso o enaltece e não o deixa desistir. Sabe que as dificuldades são enormes, mas que a vontade de superá-las deve ser maior e os obstáculos existem para serem superados, se colocando a disposição e também a Polícia Militar como parceira nesta luta, agradecendo a oportunidade. **Deputada Angela Águida Portella (Presidente da Comissão)** – Nós que agradecemos, falou ainda ser uma apaixonada pelo Programa PROERD e das polícias brasileira, talvez a mais humanizada seja a Polícia de Roraima. **Cel. Magalhães Damasceno (Polícia Militar/RR)** – Aproveitou a colocação sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD feita pela Deputada Angela Águida, e disse que a Polícia Militar de Roraima tem um sonho e graças a Deus, hoje o Cel. Santos Filho, uma pessoa humilde, competente e compromissada com a corporação e temos um planejamento estratégico na Polícia Militar para 2016/2017/2018 e 2019, inclusive, desde já, pediu o apoio e colaboração dos Senhores Parlamentares que integram esta Casa de Leis, em levar o nosso PROERD para o interior, ter em todas as sedes dos municípios, pelo menos nas vilas mais movimentadas, com maior número de habitantes, precisavam levar o PROERD, porque foi verificado que o mesmo é uma realidade e precisa-se trabalhar a segurança no âmbito primário, com a criança e adolescente na prevenção, e o apoio de Vossas Excelências será imprescindível. **Renata Gonzata (Coordenadora da Diocese de Roraima)** – Falou achar que o trabalho de prevenção é indispensável, já foi falado da questão da família, da educação, as crianças que são mais vulneráveis, que tenham possibilidade de um tempo integral de educação, de maneira há ficarem menos tempo na rua, instituições que possam ajudar o crescimento, então, isso é importantíssimo, que a igreja e todas as instituições possam caminhar juntas para que nossas crianças e adolescentes possam ter um futuro luminoso e não de dor. **Deputada Aurelina Medeiros (Membro da Comissão)** – Pediu a palavra novamente, dizendo saber que fala muito, mas duas coisas lhe chamaram a atenção, uma que a Ivone pontuou e outra a Dra. M^a Aparecida. Não sabe se as coisas estão piores, se pergunta toda hora o porquê, na questão da maioria penal que foi pontuada pela Ivone, é uma questão muito ampla e deixa influências, se pergunta se está certo ou errado e não se sabe. Não sabe se a pessoa que vota nela não é responsável pelos seus

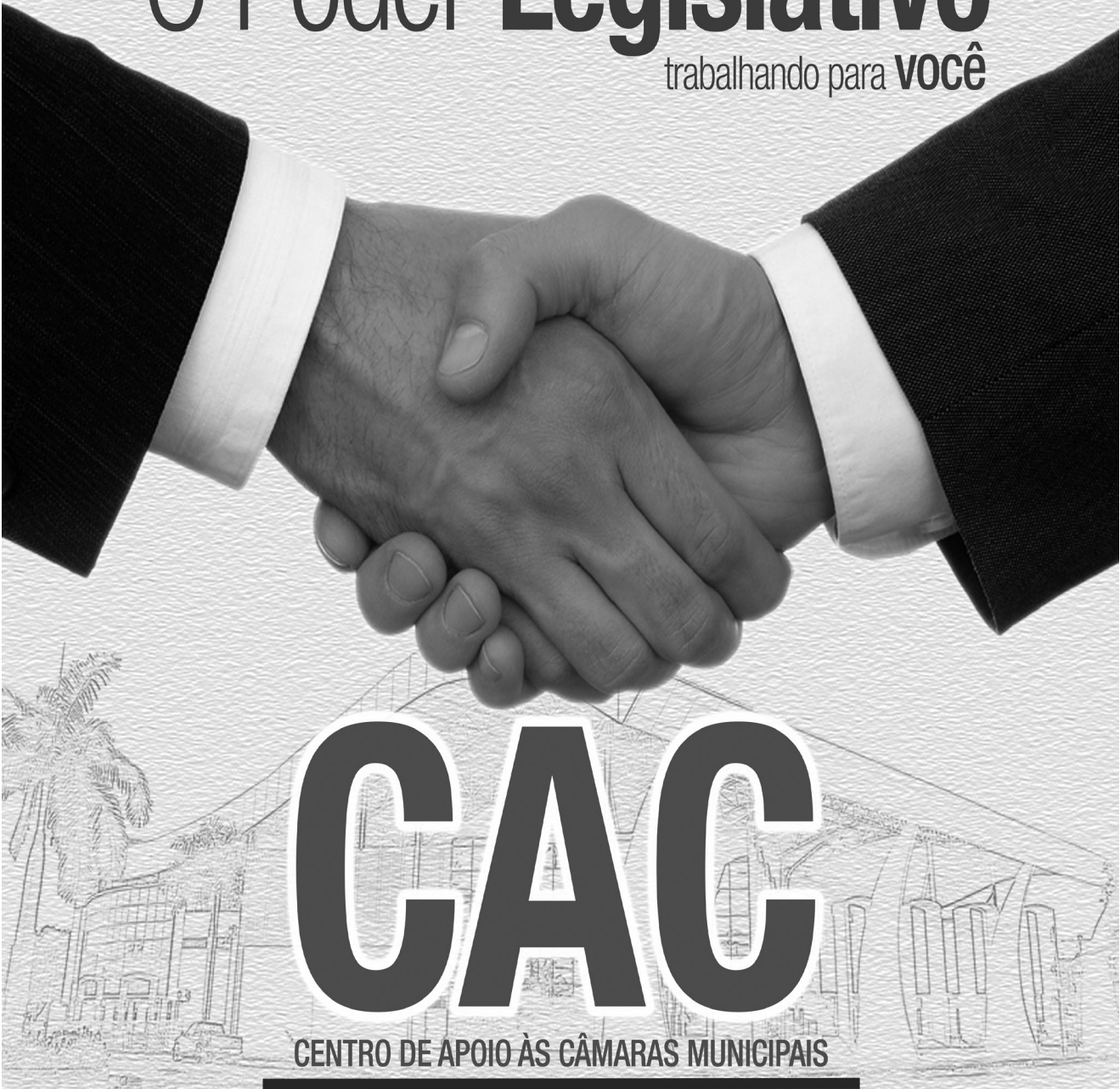
atos. A pessoa que vota em Presidente do Brasil, Governadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores será que não sabem o que estão fazendo? É difícil e muito complexa esta questão. Outra é a questão das comunidades indígenas e ela afirmou andar nas comunidades indígenas de norte a sul, seu maior trabalho é com o interior e antes, os nossos índios ficavam nas suas comunidades, hoje, estão na cidade e dizendo que a Lei do índio não é a Lei do branco, e qual é a lei do índio? Se eles estão convivendo nas nossas cidades têm que seguir as nossas leis e vem toda uma questão cultural. Para o índio ter filho com 11 anos de idade é comum, matar crianças que nascem com deficiência é cultural, é próprio deles e ela não sabe se está tudo errado, ou se estamos enfrentando mudanças muito grandes em nossa sociedade. Deixando uma observação, que para ela o foco é a estrutura familiar.

Deputado Oleno Matos (Vice-Presidente da Comissão) – Agradeceu a presença e a fala de todos e acredita que foi tudo amplamente discutido, não tendo muito que acrescentar, mas disse que realmente precisa apesar da fala da Deputada Aurelina de reflexão, não pode esmorecer, tem que se fortalecer a rede, foi feito aqui um pedido de socorro ao CEDICARR e é isso tem que buscar apoio. A Deputada Angela Águida, falou acreditar que imediatamente tem que ir até a governadora, explicar esta situação, pedir que abram as portas, ela só não pode fazer muito, porque tem que entrar nas instituições, a Assembleia tem que participar efetivamente disso, na discussão da peça orçamentária, o orçamento é muito curto, então vamos dar prioridade a quem merece prioridade. A Constituição já estabelece o que é prioritário e o que não é, então, cabe a nós conseguir coordenar e resolver da melhor maneira possível, aproveitou para agradecer aos membros da Comissão por terem aceitado o debate e acatado o Pré-Projeto de desmembramento da Comissão, de sua autoria, a ideia não é diminuir nenhuma política pública, é justamente o contrário, dar uma contribuição maior de cada um de nós, a Deputada Angela Águida é Presidente desta Comissão da qual ele é Vice-Presidente, a Deputada Lenir é Presidente em outra Comissão, a Deputada Aurelina é Vice-Presidente de outra, então tem espaço ainda para presidir outras Comissões e, querendo ou não, é o presidente que conduz, é ele que pauta as discussões, que recebe documentações, autoridades. Disse ainda, não ter dúvidas que o desmembramento vai fortalecer esta Comissão e a de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso, deixando seu sincero agradecimento na condição de Parlamentar, de pessoa com deficiência e que luta muito por estes direitos, e de pronto, colocou-se a disposição, a Governadora estará chegando à cidade amanhã, ela está fora do Estado e de acordo com a agenda da mesma e a nossa, fica disponível para intermediar este primeiro contato com ela o mais rápido possível, com todos os presentes. **Deputada Angela Águida Portella (Presidente da Comissão)** – Então, como ficou acertado, a Comissão vai provocar as visitas e repassar as datas, provavelmente serão usados dois dias, acredita que é o suficiente para fazer as visitas para todas as instituições, vamos encaminhar ofícios com o que foi pautado aqui, já anexando carta aberta de compromisso da Audiência Pública sobre, “O Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima”. **Deputado Oleno Matos (Vice-Presidente da Comissão)** – Pediu perdão por novamente pedir a palavra, mas gostaria de complementar sua fala a respeito da ausência de duas instituições, o Ministério Público e a Defensoria Pública, deixando claro que gostaria muito que estas duas instituições estivessem presentes. O Ministério Público como foi dito aqui é o órgão fiscalizador, a questão que foi apontada aqui dos meios de comunicação que estão infringindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o mesmo pode agir de plano, ele é o fiscal da Lei, pode tomar providências imediatas e a Defensoria Pública que hoje acaba sendo subutilizada dentro de suas atribuições, se vê muito a Defensoria como a figura do advogado que está ao lado do infrator e a Defensoria é um órgão que pode tanto, que a gente não tem nem ideia, a qual não se sabe como pode usar esta instituição e reiterou sua vontade de que novamente fossem convidados a participarem deste movimento. **Encerramento:** A Senhora Presidente, afirmou ao Deputado Oleno, que assim será feito, aproveitou para justificar a ausência do Presidente do Tribunal de Justiça, que ligou avisando por motivo de problemas de saúde e o Adilson que é o Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares e Ex Conselheiros Tutelares de Roraima, que ligou justificando estar em uma audiência e que não poderia vir. Não havendo mais nada a tratar, encerrou a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. E, para constar, eu, Josiane Salete Daubermann, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Angela Águida Portella
 Presidente da Comissão.

O Poder Legislativo

trabalhando para **você**



CAC

CENTRO DE APOIO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS

**De mãos dadas com o legislativo municipal,
por uma gestão de qualidade**



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA**

Independente e mais perto de você